

NOTA TÉCNICA 14/2012

DATA: 30/08/12

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2012

I – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

O desempenho da economia mundial permanece bastante desfavorável e imerso em incertezas. A consequência dessa instabilidade tem repercutido internamente por meio de redução das exportações e do investimento, levando a economia nacional a operar com baixo ritmo crescimento, em especial o setor industrial.

No âmbito nacional, a desaceleração da atividade econômica vem sendo enfrentada por meio da queda dos juros e de reduções pontuais de impostos. Recentemente, ênfase maior passou a ser atribuída à necessidade de acelerar os investimentos em infraestrutura – inclusive por meio de concessões ao setor privado –, e medidas para redução de custos, como, por exemplo, desoneração da energia elétrica. A sinalização, portanto, é de que pode estar em curso uma retomada do crescimento a taxas ligeiramente mais elevadas, ainda que sua aceleração numa perspectiva de prazo mais longo dependa da superação dos gargalos que hoje afetam negativamente a produtividade total da economia (Boletim de Transparência Fiscal 3º Bimestre de 2012).

O reflexo da conjuntura econômica internacional no setor fluminense foi de forte queda no setor industrial no início do ano (- 6,1% em janeiro), que apesar de ter tido recuperação em fevereiro e março (+6,2% acumulado), teve redução em abril e maio, acumulando -4,4% em relação ao último bimestre de 2011. O resultado da economia brasileira também foi de queda, mas ligeiramente melhor que a do Rio de Janeiro, acumulando -2,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em termos dos principais agregados, no período janeiro-maio a indústria de transformação foi a principal responsável (-8,8%) pela queda de 7% da indústria fluminense como um todo.

Para o mesmo período em relação às atividades industriais, as maiores quedas ocorreram em veículos automotores (-34,1%), têxtil (-21,9%), farmacêutica (-18,6%) e alimentos (-11,1). No acumulado do ano até maio, apenas as atividades de produção de “outros produtos químicos” (12%) e “perfumaria, sabões e velas” (5,8%) apresentaram variação positiva.

Dado o cenário atual e possível recuperação econômica até o fim do ano, torna-se imprescindível que haja uma nova revisão dos principais itens de receita afetados. A nova projeção utiliza como base a receita realizada nos primeiros sete meses de 2012, assim como a reavaliação de alguns parâmetros macroeconômicos para o ano. A seguir a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2012 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA 2012		4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
		3ª REVISÃO (A)	4ª REVISÃO (B)	(B-A)	Δ % (B/A)
IRRF	00	1.850	1.850		
IPVA	00	1.720	1.766	46	2,7%
ITBI	00	0	-		
ITD	00	474	530	56	11,9%
FECP	22	2.613	2.613		
ICMS	00	26.177	26.496	319	1,2%
Receita Financeira		202	202		
FPE	06	989	957	(32)	-3,2%
IPI	07	825	825		
Lei Kandir	07	86	86		
Demais Transf. União	01	88	88		
Multas e Juros*		405	405		
Dívida Ativa**		583	583		
Demais Receitas	01	16	515	499	3194,1%
Dep. Judiciais tributários	90	43	74	31	
Ressarcimento de pessoal cedido		29	29		0,4%
Outros		119	110	(9)	-7,6%
	00	30	0	(30)	-99,7%
	01	74	92	18	23,8%
	07	0	0		0,0%
	20	11	11		0,0%
	26	1	1		65,3%
	90	0	1		127,2%
	95	3	5	2	68,4%
Subtotal 1		36.219	37.130	911	2,5%
Alienação de Bens	01	966	1.025	59	6,1%
Operações de Crédito		2.823	3.765	942	33,4%
	11	2.518	3.442	924	36,7%
	21	282	282		0,0%
<i>outras</i>	11	23	41	18	77,6%
Subtotal 2		3.789	4.790	1.001	26,4%
Royalties		7.515	8.036	521	6,9%
	04*	2.208	2.265	57	2,6%
	10*	5.307	5.771	464	8,7%
CIDE	26	69	54	(14)	-20,9%
Salário Educação	05	374	394	20	5,4%
Subtotal 3		7.958	8.485	527	6,6%
TOTAL GERAL (1+2+3)		47.966	50.405	2.439	5,1%

* Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

** Inclui FR 00 - 01 - 22

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2012 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA 2012		4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
		3ª REVISÃO (G)	4ª REVISÃO (H)	(H-G)	Δ % (H/G)
IRRF	00	1.850	1.850		
IPVA	00	1.720	1.766	46	2,7%
ITBI	00	0	-		
ITD	00	474	530	56	11,9%
ICMS	00	26.177	26.496	319	1,2%
Multas e Juros	00	384	384		0,0%
Dívida Ativa	00	523	519	(4)	-0,8%
Outros	00	30	0	(30)	-99,7%
TOTAL	00	31.158	31.546	388	1,2%
Demais Transf. União	01	88	88		
Multas e Juros	01	11	11		
Dívida Ativa	01	55	55		0,0%
Outros	01	74	92	18	23,8%
Demais Receitas	01	16	515	499	3194,1%
Alienação de Bens*	01	966	1.025	59	6,1%
Receita Financeira	01	202	202		
TOTAL	01	1.412	1.987	575	40,8%
Royalties	04*	2.208	2.265	57	2,6%
Royalties	10*	5.307	5.771	464	8,7%
Salário Educação	05	374	394	20	5,4%
FPE	06	989	957	(32)	-3,2%
IPI	07	825	825		
Lei Kandir	07	86	86		
TOTAL		911	911		
Ressarcimento de pessoal cedido	20	29	29		
Outros	20	11	11		
TOTAL	20	40	40		
FECP	22	2.613	2.613		
Multas e Juros	22	10	10		0,0%
Dívida Ativa	22	6	10	4	70,2%
TOTAL	22	2.628	2.632	4	0,2%
Outros	26	1	1		65,3%
CIDE	26	69	54		
TOTAL	26	69	55	(14)	-20,3%
Dep. Judiciais tributários	90	43	74	31	72,4%
Outros	90	0	1		127,2%
TOTAL	90	43	75	31	72,7%
Outros*	95	3	5	2	68,4%
Outros	11	23	41	18	77,6%
Operações de Crédito*	21	282	282		
Operações de Crédito*	11	2.518	3.442	924	36,7%
TOTAL GERAL		47.966	50.405	2.439	5,1%

* Receitas de Capital

1. **IPVA** – reavaliado em mais R\$ 46 milhões em relação à terceira revisão. O IPVA recebeu um novo tratamento de estimação pela SEFAZ. Suas projeções são obtidas por meios de modelos econométricos (VAR e ARIMA) em que as expectativas do PIB e o estoque de automóveis são levados em consideração. O primeiro mede a renda da população, componente intimamente ligado a compra de automóvel e afeta seu comportamento no fim do ano. O segundo expressa em termos físicos o

movimento da base de cálculo do IPVA e impacta-o no início do ano. Avaliando o período de janeiro a julho de 2012 o valor arrecadado superou em 12,5% o ocorrido no ano anterior. A expectativa é que este desempenho seja mantido até o final do ano, devido a modernização dos sistemas da Secretaria de Fazenda, que deve propiciar maior controle do crédito tributário e efetividade na cobrança deste e dos outros impostos não pagos de exercícios anteriores. E também a desoneração do IPI nos anos anteriores alavancaram as vendas de automóveis em 16% no período 2010/2012, medida que reforça o aumento do IPI. A atual estimativa para este ano é de crescimento de 11,20% em relação a 2011.

2. **ICMS** – reestimado em mais R\$ 319 milhões em relação à 3ª Revisão de Receita, ficando 6,8% acima do valor realizado em 2011, porém abaixo dos 1,8% estimado no início do ano, o ICMS foi estimado por um modelo econométrico (VAR) levando em consideração as expectativas com relação ao PIB, vendas no varejo, consumo de energia e petróleo. A reavaliação leva em conta a perspectiva de arrecadação da Subsecretaria de Receita da Fazenda face à permanência do contexto econômico ligeiramente desfavorável, porém em vias de recuperação. Atualmente a expectativa do Banco Central para o PIB no último Boletim Focus (27/08/2012) caiu para 1,73%. As vendas e a produção do petróleo tem tendência de queda, porém há expectativa de reversão devido a redução dos juros para 7,5%. E o consumo de energia já apresenta um crescimento constante e deve ter um incremento graças ao programa federal de desoneração da energia.
3. **ITD** - reestimado em mais de R\$ 56 milhões, em relação à 3ª revisão. A reavaliação foi motivada pelo crescimento significativo na arrecadação até julho, cerca de 38% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Este desempenho é fruto de uma combinação de fatores: investimento em sistemas e funcionários com o fim de aumentar a eficiência na arrecadação do ITD; supervalorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro no último ano e melhoramento das instalações da Inspeção de ITD, facilitando o acesso do contribuinte e melhorando as condições de trabalho de seus agentes.

4. Royalties e Participações Especiais do Petróleo – o valor reprojeto de R\$ 8.036,1 milhões para o ano de 2012 está R\$ 521,3 milhões acima do previsto na 3ª nota de receita. A estimativa projeta um aumento de R\$ 1.084,9 milhões em relação ao valor realizado ao longo de 2011. Esta forte alta é fruto dos altos valores do barril do petróleo, especialmente ao longo do 1º semestre do ano, associado à depreciação da moeda nacional frente ao dólar. Estes eventos tem compensado a redução no nível de produção em relação aos últimos meses de 2011. Concorrem para esta queda os recentes anúncios da Petrobrás de produção menos robusta no ano corrente, a interrupção da produção no campo de Frade (operado pela Chevron) e uma frustração geral das expectativas de produção apresentadas no início do ano. Para a projeção para o resto do ano foi utilizado o valor de US\$ 105,00 para o petróleo Brent e câmbio de R\$/USD 2,00 para os meses de setembro e outubro, valendo frisar que a produção de novembro em diante gera receitas apenas para o exercício financeiro seguinte.

PARÂMETROS		
MÊS DE REFERÊNCIA	Preço Brent (US\$)	Câmbio Venda (R\$/US\$)
set/12	105,00	2,00
out/12	105,00	2,00

5. FPE - reestimado em menos R\$ 31,53 milhões (-3,2%) em relação à 3ª Revisão de Receita, ficando 4,3% acima do valor realizado em 2011. Quanto ao IR, houve redução na lucratividade das empresas em 2012, comparativamente a 2011, conforme divulgado pela Receita Federal (Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Julho de 2012). Quanto ao IPI, a desaceleração da produção industrial e as desonerações concedidas impediram um maior crescimento da arrecadação. Foram considerados, para a nova estimativa, as transferências de FPE recebidas até o 2º decênio de agosto, comparativamente ao ano anterior, a queda nas perspectivas de repasse da União divulgadas pela STN em 01/08/2012 e o desempenho da economia nacional.

6. **CIDE** - reestimado em menos de R\$ 14 milhões em relação à 3ª revisão. A redução foi motivada pelo decreto nº 7.764/2012, que reduziu a zero as alíquotas específicas de diversos produtos, com efeitos a partir de 22 de junho de 2012.

7. **Demais Receitas – Conta B** – receita oriunda de saque da Conta B, no valor de R\$ 450 milhões com entrada prevista para o mês de outubro de 2012, conforme minuta em negociação com o Banco Itaú apresentada pela Subsecretaria de Finanças – SUBFIN.

Conta A – Decreto nº 43.715 de 14 de agosto de 2012 – trata-se da conta garantidora da folha de pagamentos do Previ-Banerj. Na adesão dos beneficiários à proposta constante no decreto nº 43.715, em que Estado do Rio de Janeiro assumiria tais obrigações previdenciárias, estima-se um saldo nessa conta em torno de R\$ 35 milhões em 2012.

8. **Alienação de Bens** – receita reestimada em mais R\$ 259 milhões decorrente dos seguintes fatores:

- **Venda do BERJ** – a empresa ganhadora do leilão ainda não conseguiu o aproveitamento do crédito tributário junto a Receita Federal e tudo indica que isso não ocorrerá em 2012. Portanto, a condição estabelecida para que ela efetue o pagamento da 2ª parcela provavelmente não ocorrerá nesse exercício. Dessa forma, com base no princípio da prudência, optou-se por não mais considerar essa receita nesse momento, o que pode ser alterado caso a SEFAZ receba avaliação diversa no transcorrer do restante do exercício.

- **Venda de participação da Cedae** – dando continuidade ao processo de modernização da empresa, com a abertura de seu capital, a venda de participação da Cedae por R\$ 1,0 bilhão, esta prevista para ocorrer em dezembro.

- **Quartel General da Polícia Militar** - tendo em vista matéria amplamente divulgada na imprensa, a venda direta deste à Petrobrás, proeminente compradora, não se concluiu, uma vez que esta desistiu do negócio. Foi, então, iniciado procedimento para leilão, obstando, provavelmente, o recebimento da receita dessa alienação para o exercício de 2012. Por prudência, não será considerada como receita de realização no exercício corrente.

9. Operações de Crédito - A diferença aqui apontada é relativa a inclusão do desembolso integral da operação de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD no valor de R\$808 milhões, variação cambial ocorrida no período, bem como ajuste no cronograma de desembolso de algumas operações. A operação com a AFD foi estimada pelo valor integral do contrato, pois o mesmo está em vias de ser assinado, bem como os gatilhos acordados para os desembolsos estão integralmente cumpridos.

II - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada no mês de agosto, com a dotação atualizada até 10 de setembro.

Tabela 3 - COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE									
FR	RECEITA PREVISTA (AGO 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL 10-09	Superávit até 29/08**	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (10/09)	LIQUIDADO (10/09)	PAGO (10/09)	DISPONÍVEL (AGO 2012) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	31.546.340.456	32.982.232.317	9.355.667	1.677.102.496	22.129.230.936	20.852.331.940	19.909.589.309	31.295.774.154	250.566.302
01	1.987.551.083	1.370.315.126	-	154.810.980	935.339.286	916.061.048	901.765.676	1.215.504.146	772.046.937
06	957.479.363	1.015.004.100	-	8.305.817	919.008.429	917.147.275	801.003.625	1.006.698.283	(49.218.920)
07	910.943.024	955.802.325	-	22.417.543	313.981.461	305.691.287	281.154.528	933.384.782	(22.441.758)
22	2.631.994.660	2.562.400.736	-	-	1.693.380.581	1.386.367.872	1.206.291.468	2.562.400.736	69.593.924
SUBTOTAL REC. LIVRES	38.034.308.586	38.885.754.604	9.355.667	1.862.636.836	25.990.940.694	24.377.599.421	23.099.804.606	37.013.762.101	1.020.546.485
04	2.265.255.753	2.191.658.676	248.672	30.785.292	1.904.414.799	1.870.774.476	1.817.137.069	2.160.624.712	104.631.041
05	394.399.415	442.796.194	68.896.779	-	313.069.341	205.229.115	191.349.203	373.899.415	20.500.000
20	40.747.337	39.554.598	-	-	10.737.655	8.346.912	6.378.753	39.554.598	1.192.739
26	55.210.784	111.621.613	2.083.640	40.293.834	59.042.608	53.673.827	52.411.945	69.244.139	(14.033.355)
90	74.646.123	77.155.216	-	-	74.146.123	73.608.585	36.435.389	77.155.216	(2.509.093)
95	5.269.340	6.436.003	3.417.351	-	3.417.351	3.417.351	-	3.018.652	2.250.688
96	20.716	3.009.056	-	-	-	-	-	3.009.056	(2.988.340)
10*	5.771.103.863	4.567.189.996	-	-	3.598.990.560	3.598.362.795	3.506.316.930	4.567.189.996	1.203.913.867
11	3.483.314.511	4.611.597.338	5.133.893	-	1.286.977.544	829.841.390	718.135.282	4.606.463.445	(1.123.148.933)
21	281.683.000	281.693.000	-	-	110.323.859	30.623.560	30.531.631	281.693.000	(10.000)
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	12.371.650.842	12.332.711.690	79.780.335	71.079.126	7.361.119.840	6.673.878.011	6.358.696.202	12.181.852.229	189.798.614
TOTAL GERAL	50.405.959.428	51.218.466.294	89.136.002	1.933.715.962	33.352.060.533	31.051.477.432	29.458.500.808	49.195.614.330	1.210.345.098

** O superávit da FR 00 se refere apenas aos saldos financeiros disponíveis em contas de convênios apurados no exercício anterior.

* FR 10 - Royalties do Rioprevidência

A proposta da SEFAZ detalhada na Tabela acima, consideradas todas as fontes de recursos do Tesouro, inclusive aquelas com destinação específica, aponta uma receita estimada em mais R\$1,21 bilhão, quando comparada ao valor da dotação atual disponível. Se consideradas as fontes que se compensam (recursos livres), a estimativa de receita é maior em R\$1,02 bilhão.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se a obrigatoriedade de suplementação orçamentária nas vinculações constitucionais e legais, conforme detalhado nas tabelas a seguir:

III.1 Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00*	7.731.220.850	8.045.719.538	484.859.299	5.309.403.899	5.309.296.969	5.268.396.246	7.560.860.239	170.360.611
FR 00 (DEA)	87.197.965	87.197.965		58.131.977	58.131.976	58.131.976	87.197.965	-
FR 04	413.878.043	366.747.808	12.981.195	286.622.820	286.622.727	286.622.727	353.766.613	60.111.430
FR 07	206.273.925	217.488.750	11.214.825	121.820.325	121.820.231	120.210.561	206.273.925	(0)
FR 26	13.577.696	27.384.493	10.209.605	13.577.788	13.577.696	13.577.696	17.174.888	(3.597.192)
TOTAL GERAL	8.452.148.478	8.744.538.554	519.264.924	5.789.556.809	5.789.449.599	5.746.939.206	8.225.273.630	226.874.848

III.2 Saúde

O cálculo apresentado abaixo segue as disposições da Lei Complementar nº 141/2012. Cabe observar que embora ainda não tenha sido regulamentada por decreto pelo Governo Federal, pelo princípio da prudência, sugerimos excluir do cálculo os itens apontados na Tabela, conforme já discutido em reuniões técnicos da Secretaria de Saúde, SEPLAG e SEFAZ (Contadoria, Auditoria e SUPOF).

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.559.648.021	89.143.308	2.209.060.563	1.851.195.115	1.629.217.442	3.470.504.713	
IASERJ		(29.954.025)	-	(18.967.595)	(18.001.304)	(17.773.820)	(29.954.025)	
Op. da Farmácia Popular		(44.226.332)	-	(37.649.922)	(33.128.152)	(26.700.946)	(44.226.332)	
Promoção Alim. Saudável		(61.000.000)	-	(37.236.758)	(30.226.749)	(23.298.575)	(61.000.000)	
Apoio aos Hospitais Penitenciários		(11.000.000)	-	(2.001.234)	(542.160)	(542.160)	(11.000.000)	
Proteção ao Usuário de Drogas		(20.000.000)	-	(5.394.595)	(5.176.335)	(5.134.932)	(20.000.000)	
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico		(4.023.222)	-	(1.968.089)	(1.968.089)	(1.968.089)	(4.023.222)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(378.000)	-	(233.248)	(233.248)	(206.123)	(378.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(1.337.973)	(1.071.786)	(815.033)	-	
Fundações de Saúde				6.975.675	5.161.267	5.149.118	-	
Despesa Intraorçamentária do FES				(7.480.332)	(7.480.332)	(4.947.516)	-	
RP 2011 Cancelado		(342.223)					(342.223)	
TOTAL GERAL	3.373.948.706	3.388.724.219	89.143.308	2.103.766.492	1.758.528.227	1.552.979.367	3.299.580.911	74.367.795

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

III.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
PERDA LÍQUIDA	2.228.676.145	2.204.817.182	14.150.405	1.463.297.359	1.463.297.353	1.458.181.420	2.190.666.777	38.009.368
FR 00	2.025.160.659	2.009.569.554	14.150.405	1.338.943.547	1.338.943.544	1.333.827.612	1.995.419.149	29.741.510
FR 06	129.363.021	124.107.622	-	81.349.425	81.349.424	81.349.424	124.107.622	5.255.399
FR 07	74.152.465	71.140.006	-	43.004.387	43.004.385	43.004.385	71.140.006	3.012.459
RETORNO	2.464.983.050	2.750.247.313	310.801.022	1.667.688.085	1.667.688.081	1.644.041.015	2.439.446.291	25.536.759
FR 00	2.336.083.097	2.594.845.658	297.502.944	1.578.706.847	1.578.706.846	1.555.059.780	2.297.342.714	38.740.383
FR 06	62.132.851	78.893.199	6.015.888	47.456.674	47.456.673	47.456.673	72.877.311	(10.744.460)
FR 07	66.767.102	76.508.456	7.282.190	41.524.564	41.524.562	41.524.562	69.226.266	(2.459.164)
DEMAIS	2.335.418.425	2.309.055.704	9.396.138	1.566.318.646	1.287.635.603	1.178.341.042	2.299.659.566	35.758.859
UOS*		2.530.744.117	9.401.543	1.735.149.887	1.453.324.593	1.324.114.634	2.521.342.574	
CEPERJ		(15.154.727)	(5.405)	(9.870.634)	(9.854.183)	(8.835.615)	(15.149.322)	
FAPERJ		(174.866.921)	-	(138.879.908)	(138.794.803)	(124.732.753)	(174.866.921)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(12.425.000)	-	(9.320.151)	(9.320.151)	(7.553.414)	(12.425.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(19.000.000)	-	(9.293.532)	(6.357.005)	(3.305.943)	(19.000.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(1.463.960)	(1.359.792)	(1.342.810)	-	-
Multas/Juros INSS				(3.056)	(3.056)	(3.056)	-	-
RP		(241.765)					(241.765)	
TOTAL GERAL	7.029.077.620	7.264.120.199	334.347.565	4.697.304.090	4.418.621.037	4.280.563.477	6.929.772.634	99.304.987

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	336.145.038	348.538.598	18.411.148	234.195.351	230.507.306	204.960.189	330.127.450	6.017.588

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	382.113.167	358.131.585	6.401.216	174.764.645	140.770.108	95.222.969	351.730.369	30.382.797

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL*	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	263.199.451	278.788.674	-	189.635.470	163.996.406	133.884.987	278.788.674	(15.589.223)

* Considerado PT 3437 de Recuperação Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	253.552.954	260.937.873	-	91.018.562	75.592.129	71.475.133	260.937.873	(7.384.919)

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (NOTA SET 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (13/09)	LIQUIDADO (13/09)	PAGO (13/09)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	291.786.734	284.193.375	-	185.686.075	185.686.075	157.222.789	284.193.375	7.593.359
FR 01	19.875.511	12.068.025	-	82.682	82.682	82.682	12.068.025	7.807.486
FR 04	76.224.816	67.001.556	1.280.239	58.003.791	57.144.901	57.144.901	65.721.317	10.503.499
FR 06	7.659.835	10.150.039	2.289.929	6.440.305	6.440.305	6.440.305	7.860.110	(200.275)
FR 07	5.637.495	9.558.023	3.920.528	3.381.394	3.381.394	3.381.394	5.637.495	0
FR 26	416.331	1.095.380	597.433	407.331	407.331	407.331	497.947	(81.616)
TOTAL GERAL	401.600.722	384.066.398	8.088.129	254.001.577	253.142.687	224.679.401	375.978.269	25.622.453

IV- Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontada na Tabela 3, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (4ª REVISÃO RECEITA)

FR	00	01 - CORRENTES	01 - CAPITAL	20	22	90	SUBTOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	250.566.302	745.364.034	26.682.904	1.192.739	69.593.924	-2.509.093	1.090.890.809
SUPERÁVIT							
TOTAL COMPROMISSOS	355.195.187	7.807.486	0	0	-15.387.629	0	347.615.044
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	170.360.611					170.360.611
	SAÚDE	74.367.795					74.367.795
	FUNDEB	68.481.893					68.481.893
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	35.758.859					35.758.859
	FAPERJ	6.017.588					6.017.588
	FECAM						0
OUTRAS VINCULAÇÕES	FEHIS				-15.387.629		-15.387.629
	FAF	-7.384.919					-7.384.919
	PASEP	7.593.359	7.807.486				15.400.845
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES	-104.628.885	737.556.548	26.682.904	1.192.739	84.981.553	-2.509.093	743.275.765

Na FR 90 identifica-se a necessidade de contingenciamento de R\$2,5 milhões.

Após as devidas alocações em cada fonte de recurso, o saldo final disponível para cobertura de déficits é de R\$743,27 milhões. Na FR 01, apresentam-se os valores segregados em corrente e capital, segundo a origem da receita.

A partir do saldo apontado de R\$743,27 milhões, sugere-se que, prioritariamente, sejam atendidas as despesas de caráter imposterável.

Para atender as despesas apontadas a seguir, considera-se a disponibilidade na FR 11, apresentada em dois cenários, conforme tabela abaixo:

RESUMO FR 11

DPL	615.000.000
RESSARCIMENTO - BNDES METRO	56.000.000
AFD - 1ª parcela	485.235.000
AFD - 2ª parcela	323.490.000
TOTAL	1.479.725.000

DOTAÇÃO DÍVIDA	948.371.010
SUPERÁVIT	42.511.010
RESSARCIMENTO BB-PROCIDADES	96.000.000
TOTAL	809.860.000

LIVRE ALOCAÇÃO FR 11 (CENÁRIO I)	669.865.000
AFD - Saldo 1ª parcela	346.375.000
AFD - Saldo 2ª parcela	323.490.000

LIVRE ALOCAÇÃO FR 11 (CENÁRIO II)	346.375.000
AFD - Saldo 1ª parcela	346.375.000

1. Dívida Pública

A comparação da disponibilidade orçamentária nas despesas destinadas à dívida x previsão aponta para um déficit final de R\$ 120,18 milhões.

DÉFICIT DÍVIDA					
	PREVISÃO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	DÉFICIT/SALDO
JUROS (GR 2)	2.605.300.000	2.601.757.954	181.246.077	2.420.511.877	- 184.788.123
PRINCIPAL (GR 6)	2.245.900.000	2.310.503.981	-	2.310.503.981	64.603.981
TOTAL	4.851.200.000	4.912.261.935	181.246.077	4.731.015.858	- 120.184.142

Embora as fontes 06 e 07, alocadas integralmente na dívida, estejam deficitárias em relação à receita prevista para o ano de 2012, ambas possuem disponibilidade financeira apurada no final de 2011, as quais servirão de compensação para o déficit apontado no quadro acima. A tabela abaixo apresenta as devidas alocações.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (4ª REVISÃO RECEITA)

FR	00	01 - CORRENTES	01 - CAPITAL	20	22	SUBTOTAL	11	06	07	TOTAL
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES	-104.628.885	737.556.548	26.682.904	1.192.739	84.981.553	745.784.858	669.865.000	32.251.209	46.003.725	1.493.904.792
DÍVIDA						0	-41.929.207	-32.251.209	-46.003.725	-120.184.141
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA	-104.628.885	737.556.548	26.682.904	1.192.739	84.981.553	745.784.858	627.935.793	0	0	1.373.720.651

Observa-se que a disponibilidade orçamentária apontada (R\$1,37 bilhão) tem como fontes de financiamento receitas de capital no valor R\$627,93 milhões.

Para permitir atender ao déficit das despesas correntes, será necessária a troca de fonte no mesmo valor. Os déficits aqui apontados, com exceção da dívida, foram indicados pela Secretaria de Planejamento.

Sugere-se, a critério da Secretaria de Planejamento, que a troca de fonte seja feita na dívida (R\$319,5 milhões) e nos investimentos das demais áreas (R\$308,4 milhões), exceto naquelas vinculadas legal e constitucionalmente.

2. Pessoal: Déficit de R\$1,1 bilhão

3. Bilhete Único: Déficit de R\$121 milhões

A tabela abaixo sugere a alocação das disponibilidades para a cobertura do déficit de pessoal e, pelo menos, o déficit referente a um mês do Bilhete Único equivalente a R\$40 milhões.

FR	00	01 - CORRENTES	01 - CAPITAL	20	22	SUBTOTAL	11	06	07	TOTAL
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES	-104.628.885	737.556.548	26.682.904	1.192.739	84.981.553	745.784.858	669.865.000	32.251.209	46.003.725	1.493.904.792
DÍVIDA						0	-41.929.207	-32.251.209	-46.003.725	-120.184.141
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA	-104.628.885	737.556.548	26.682.904	1.192.739	84.981.553	745.784.858	627.935.793	0	0	1.373.720.651
PESSOAL		-1.100.000.000								0
BILHETE ÚNICO					-40.000.000					0
SALDO FINAL (após obrig / dívida / pessoal e BU)	-104.628.885	-362.443.452	26.682.904	1.192.739	44.981.553	-394.215.142	627.935.793	0	0	233.720.651

Depois de atendido o déficit de pessoal e parte do Bilhete Único, a disponibilidade para cobertura de outros déficits é de R\$233,72 milhões.

4. Demais despesas sem cobertura orçamentária:

FR	00	01 - CORRENTES	01 - CAPITAL	20	22	SUBTOTAL	11	06	07	TOTAL
SALDO FINAL (após obrig / dívida / pessoal e BU)	-104.628.885	-362.443.452	26.682.904	1.192.739	44.981.553	-394.215.142	627.935.793	0	0	233.720.651
BILHETE ÚNICO (2 meses)						-81.000.000				-81.000.000
ALUGUEL SOCIAL + RENDA MELHOR						-75.500.000				-75.500.000
COMUNICAÇÃO						-40.000.000				-40.000.000
RIO 2016 (ESPORTES)						-24.000.000				-24.000.000
PENITENCIÁRIA						-78.000.000				-78.000.000
AQUISIÇÃO TERRENO						-7.500.000				-7.500.000
MANUTENÇÃO TELEFÉRICO						-25.000.000				-25.000.000
TJ						-80.000.000				-80.000.000
MP						-30.000.000				-30.000.000
SALDO FINAL	-104.628.885	-362.443.452	26.682.904	1.192.739	44.981.553	-835.215.142	627.935.793	0	0	-207.279.349

Observa-se que, ainda com a troca de fontes, fica atendida apenas parte dos demais déficits identificados.

V – Conclusão

A presente nota avaliou a receita a partir dos valores de 2012 realizados no SIG até agosto de 2012 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária.

Os déficits aqui apontados, com exceção da dívida, foram indicados pela Secretaria de Planejamento.

As tabelas apresentadas e o saldo final identificado apontam que, dentro de um cenário de equilíbrio fiscal, despesas deficitárias no valor de R\$207 milhões só poderão ser atendidas se novas receitas extraordinárias venham a ser realizadas.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal